Inspeção em Summerhill*

Inspection At Summerhill

Dr Diane Keeble-Ramsay[1]

[1] Senior Lecturer, Organisation Behaviour at Anglia Ruskin University in Chelmsford.

* Traduzido, com permissão do autor, pela Profa. Me. Fabiana Zilocchi, IFSP Itapetininga.

Submetido em 15/04/2016
Aprovado em 27/04/2016

Abstract: This paper considers issues surrounding the 1999 OFSTED inspection of Summerhill school (in Suffolk) which led to a Notice of Closure, and subsequent successful appeal on the grounds of inappropriate judgements made by OFSTED inspectors. It is useful to note that Summerhill School has existed in the independent sector offering 'progressive education' since the 1920s. However, following a 1990s inspection from OFSTED, its existence was threatened in terms of its freedom in future continuing to offer an independent UK-based fully 'democratic' schooling (despite the fact that parents pay for their children to attend Summerhill outside any UK state offering). This paper identifies problems for organisations subject to inspection which do not conform to the formal organisation model.
Keywords: Summerhill, School Effectiveness, Independent School Inspection.

Resumo: Este artigo aborda questões sobre a inspeção feita pelo OFSTED à escola Summerhill (em Suffolk) em 1999, a qual recebeu Notificação de Fechamento, mas teve recurso jurídico bem-sucedido com base em julgamentos inadequados feitos por inspetores da OFSTED. Vale notar que a escola Summerhill existe no setor independente oferecendo "educação progressiva" desde os anos 1920. No entanto, após a inspeção de 90, sua existência foi ameaçada no sentido de liberdade para, no futuro, continuar a oferecer uma escolarização totalmente "democrática" no Reino Unido (apesar do fato de que os pais pagam para os filhos frequentarem Summerhill, diferentemente das ofertas do estado). Este trabalho identifica problemas para as organizações que estão sujeitas a inspeções e não estejam em conformidade com o modelo de organização formal
Palavras-chave: Summerhill, Efetividade Escolar, Inspeção de Escola Independente.

Introdução

Em que medida a inspeção da OFSTED[22] é capaz de fazer julgamentos apropriados sobre uma escola independente e atípica ainda é uma questão que permanece suscitando contradições e considerações. O objetivo da inspeção é melhorar as escolas e, ainda que sejam consideradas as diferentes perspectivas filosóficas que sustentam a educação em Summerhill, a inspeção pode minar o potencial de melhoria nessa instituição devido à restrição do próprio processo que postula a obtenção de precisão de julgamento.

Summerhill mantém a democracia e a liberdade infantil como foco exclusivo e está no setor independente oferecendo "educação progressiva" desde os anos 1920. No entanto, após a inspeção estadual em 1990, sua existência foi ameaçada no sentido de liberdade para, no futuro, continuar a oferecer uma escolarização totalmente "democrática" no Reino Unido. Durante a apelação, a DFEE[23] teve seu caso contra Summerhill derrubado após somente 3 dias de audiência no tribunal.

Her Majesty's Inspectorate[24] (HMI - Inspeção de Sua Majestade) era responsável por inspecionar a escola Summerhill até o OFSTED substituí-la em 1999. No entanto, a inspeção da HMI era infrequente a nível nacional e os relatórios eram relativamente secretos (ORMSTON e SHAW, 1994), enquanto que a intenção do OFSTED não é apenas expor as "escolas que falham", mas trabalhar em função dos níveis de comparação internacionais, os quais permitem julgamentos econômicos de acordo com nossos concorrentes globais em termos de oferta educacional (ORMSTON e SHAW, 1994). No entanto,

[22] OFSTED (Office for Standards in Education, Children's Services and Skills) – Departamento não ministerial do Reino Unido, que responde ao Parlamento, responsável por fiscalizar e regulamentar serviços que cuidam de crianças e jovens e a educação em todos os níveis.O Departamento de Educação é responsável pelos serviços e educação infantil, incluindo políticas de educação superior e superior, estágios e habilidades mais amplas na Inglaterra.

[23] O Departamento de Educação é responsável pelos serviços e educação infantil, incluindo políticas de educação superior e superior, estágios e habilidades mais amplas na Inglaterra.

[24] Her Majesty's Inspectorate of Education (HMI) era uma agência executiva do governo escocês, responsável pela inspeção de escolas públicas e autônomas, primárias e secundárias, bem como escolas de educação complementar, aprendizado comunitário, departamentos de educação de autoridades locais e formação de professores (Wikipedia)

Summerhill atrai alunos de todo o mundo e os pais que a escolhem e a financiam não percebem a escola como "falha" e nem que falharia com uma retirada de estudantes por seus pais. Summerhill tem uma longevidade superior a 80 anos.

Em 1999, os julgamentos da inspeção do OFSTED baseavam-se em evidências de observações e em evidência de pré-inspeção (que inclui evidências estatísticas da escola, bem como a documentação da política e do currículo escolar e a descrições das funções de pessoal). O exame do trabalho dos alunos e as discussões com diretores, chefes, gerentes seniores, alunos e professores completavam as provas de pré-inspeção (CLEGG e BILLINGTON, 1994). Considerando-se que as escolas independentes tinham sido amplamente capazes de evitar o modelo governamental britânico (DUNSFORD, 1998), o setor independente negociou um "modus operandi" separado para que se impusesse a provisão financiada pelo Estado. Possivelmente, isso sugere uma falta de aceitação dos métodos de inspeção da OFSTED.

A simples análise dos resultados dos testes não pode necessariamente indicar os padrões educacionais devido às diferenças entre crianças e algumas dificuldades que possam incidir no processo. A publicação do relatório pode simplesmente resultar na oferta educacional que foi submetida ao julgamento de uma opinião inadequadamente informada. Os pais podem ser os menos capazes de interpretar a inspeção se eles não "comprarem" a ideia do consumismo educacional. (RADNOR et al., 1997). No entanto, na principal era do "consumismo" crescente do setor público, ver a educação como uma mercadoria fornecida por meio de mecanismos de mercado, significava que o exame interno detalhado das escolas era aceito em geral (Bush, 1994). Os pais necessitam da confiança de que melhorias reais acontecem dentro das instituições. Uma vez que a responsabilidade política é determinada pela popularidade política ou pelo nível de interesse para atender às necessidades do público eleitoral, essa "confiança" precisa realizar-se dentro da comunidade

(RADNOR et al., 1997). O cumprimento das "normas" nacionais de ensino foi assim imposto por um regime nacional de inspeção (BUSH 1987).

Uma vez que a inspeção destaca certa falha administrativa em cumprir as 'normas' educacionais, as instituições de ensino autogeridas já não esconderão as falhas alegadas. Comportamento complacente e disciplina são julgados em conjunto com a qualidade da experiência de aprendizagem (SMITH, 1995). Uma metodologia fundamental consiste em critérios explícitos e, por conseguinte, na percepção de comportamento e ordem em relação a quais níveis de aprendizado podem ser julgados. Isso provou ser uma fonte de "dificuldade" para toda a inspeção de Summerhill desde que a instituição propôs-se a atender a demanda por uma instrução que não se enquadre nas 'normas' educacionais. Deve-se salientar, também, que aprendizagem e educação são intangíveis. Ambos estão abertos a interpretações bastante diferentes do que se entende por 'qualidade', por exemplo, padrões excepcionalmente elevados, consistência (defeitos zero), adequação dos objetivos, valor para o dinheiro ou para transformação (Harvey, 1993). E Summerhill conflita com tais ideias e, por isso, logo após a inspeção, criou uma inspeção própria. A escola apontou o parecer como diretamente discrepante com sua filosofia educacional em vez de ser uma sugestão de melhoria das questões de educação.

O Centro de Aprendizagem Autogerida (presidida por Cunningham) realizou um inquérito independente para neutralizar com sucesso a inspeção do OFSTED (Cunningham, 2000). Essa equipe de inspeção independente produziu relatórios de visita possibilitando que cada inspetor se sentisse livre para comentar sem restrições. Na ocasião, a inspeção independente incluía professores universitários, um psicólogo, dirigentes escolares, um consultor educacional e um autor infantil (Cunningham, 2000). Tal inspeção argumentou que o uso dos *exit awards*[25] como evidência estatística pelo OFSTED em Summerhill foi um método inadequado de comparação a outras escolas.

[25] Exit award é um termo que se refere a uma opção dada ao estudante por concluir o curso com uma certificação de menor qualificação. (N. da T.)

Explicando: os baixos números de matrícula para uma escola pequena, em qualquer ano, distorcem toda a interpretação verdadeira com tendências nacionais (CUNNINGHAM 2000). A inspeção independente alegou que uma "melhor imagem da escola" poderia ser alcançada a partir de uma visita mais longa (Cunningham, 2000). Podem ser obtidas outras distinções a partir da comparação dos relatórios autônomos dos inspetores independentes com o relatório derivado do critério de classificação da inspeção OFSTED, o que sugere que os apontamentos de inspeção residam nas filiações com as "linhas de pensamento" quanto ao que é qualidade 'mensurável' ou ao que leva a padrões elevados.

A inspeção do OFSTED incluiu uma revisão do relatório anteriormente realizado pela HMI em 1990 (OFSTED, 1999) e de relatórios anteriores desde 1949 (Cunningham, 2000). A inspeção independente também analisou os relatórios dos Serviços Sociais, incluindo os realizados após a visita do OFSTED, e levantou as atitudes dos alunos formados, dos pais e da comunidade em relação à escola. O desenho produzido pela equipe de inspeção independente a partir de fontes documentais mais amplas revela uma insuficiência perceptível nas fontes textuais utilizadas para informar os inspetores do governo (Cunningham, 2000). A equipe independente de inspeção produziu relatórios de forma autônoma com comentários livres, sem restrições de cada observador. Considerando que a avaliação feita no relatório de observação do OFSTED foi falha no melhor dos casos, na pior das hipóteses ela foi deficiente ou inadequada, uma vez que os critérios de classificação "ancorados no comportamento" não são apropriados, pois fornecem apenas uma medida 'unidimensional' (WRAGG 1999). Observar e julgar o 'bom ensino' é uma afiliação às ideias tradicionais cujas "preocupações" com o controle dos alunos sobre os currículos têm sido citadas como "problemas" no âmbito da educação progressiva (SILCOCK, 1997). A notificação recebida serviu para Summerhill identificar áreas que devem ser enfocadas, embora um

modelo padrão de devolutiva não tenha sido "contextualizado" para atender às necessidades da escolarização "democrática". A responsabilidade legal da inspeção é relatar a "qualidade" da educação, os padrões alcançados, o uso eficiente dos recursos e o desenvolvimento espiritual, moral e cultural dos alunos (CLEGG e BILLINGTON, 1994). No entanto, as limitações de tempo da inspeção do OFSTED só puderam resultar em uma 'fotografia fixa' da instituição, em vez de qualquer reflexão ao longo do desenvolvimento espiritual, moral ou cultural (BOWRING-CARR, 1996). Possivelmente isto sugere que a necessidade de apresentar um relatório sobre Summerhill tornou-se predominante em ralação a qualquer incentivo para uma mudança proativa ou uma melhoria real. A fraqueza também recai em toda a falha filosófica da inspeção nos termos da necessidade do cumprimento da "responsabilidade local" (RADNOR et al, 1997) de pais e de governantes.

A fim de obter a suspensão da notificação, o inquérito independente realçou principalmente as perceptíveis inadequações das metodologias de inspeção. Metodologicamente, a "validade da observação" é fundada com o propósito da observação (CROLL: 1986). Observações "instantâneas", sem o reconhecimento de uma teoria subjacente carregada de valores contra a qual os julgamentos são feitos (Hammersley: 1994, Hitchcock e Hughes: 2001), podem dar origem a um paradigma reducionista politicamente e em conformidade com as normas nacionais de ensino (Bush, 1997). Uma abordagem metodológica e filosófica diferente poderia ter facilitado um resultado diferente. O inquérito independente identificou que a alegação feita pelo OFSTED de um "desvio" nos padrões não poderia ser fundamentada a partir dos resultados de Summerhill. Consequentemente, para a inspeção independente, foi pela filosofia da escola, e não pelas evidências da observação, que resultou a Notificação de Fechamento feita pelo OFSTED em 1999. (CUNNINGHAM, 2000). O inquérito independente foi bem sucedido na defesa da denúncia resultante do OFSTED, o que permite argumentar que uma diferença de

filosofia estava na raiz da observação. Summerhill relatou que os inspetores não avaliaram nada além das "atividades de aprendizagem em sala de aula" e ainda feitas com "limitações de tempo". Os alunos da escola queixaram-se de que os inspetores só estavam interessados em "lições" e não se preocuparam com outros aspectos da aprendizagem (ambiente) (CUNNINGHAM, 2000). O quadro de referências da inspeção avalia instituições contrárias às normas educacionais, o que, para Summmerhill, este elemento básico já resultaria numa apreciação não apropriada da escola. Este artigo é sobre a melhoria e a eficácia da escola e se a inspeção poderia fornecer um instrumento de melhoria para Summerhill, dada a ideia de que constructos pré-definidos podem não facilitar a "realidade" em observação.

A escrita de A. S. Neill e de outros autores, como Hart (1970), Hemmings (1973), Walmsley (1969), fornecem a base de conhecimentos básicos sobre a, reconhecidamente única, abordagem filosófica de Summerhill e sobre o pensamento Summerhilliano em relação à inspeção. Em especial, o trabalho de Neill evidencia o que influenciou a escola desde sua fundação há mais de 80 anos. Os fundamentos filosóficos de Summerhill como uma independente e auto proclamada "escola livre" é um ponto de partida importante. A. S. Neill, o fundador da Summerhill, escrevera textos que descrevem a filosofia da escola adotada como um antídoto para as influências negativas dos tradicionais horários restritivos e dos programas escolares.

A publicação de Neill, "Hearts not Heads in the School" (1944), escrita quando Summerhill tinha 23 anos, relaciona o uso da psicologia na escola - possivelmente opinião visionária para a época – aos hospitais que prendem as pessoas consideradas loucas meramente porque não podem se encaixar em uma sociedade insana. Para o autor, o mundo estava se afastando de um individualismo rumo a um tipo de coletivismo, vislumbrando o futuro da educação tratando as massas de tal forma que o indivíduo será mais susceptível de ser maleável. Para ele, a sociabilidade de Summerhill assenta-se em "uma

atitude mãe-filho" (Neill, 1944, p 17-28). As ideias de Neill (1944) sobre a psicologia social e sua aplicação à educação (como controle) são ilustradas quando discute o currículo. Sua concepção de uma "juventude impotente" educada pelo estado é esclarecida ao reivindicar a importância dos jogos na aprendizagem em oposição à questão da disciplina na sala de aula, argumentando que apenas uma pequena porcentagem dos professores está ao lado das crianças (p. 139). Pode-se afirmar que, para Neill, as escolas geralmente não eram desenvolvidas socialmente nem abraçavam o tema da liberdade – o que era politicamente importante à época em que escreveu grande parte de seus escritos.

A liberdade era considerada como uma necessidade essencial, fato que pode ser atribuído ao período pós-Primeira Guerra Mundial. Em seu trabalho, grande parte do "desvio de aprendizado" parece ser atribuído a um fracasso de satisfazer as necessidades das crianças pelos educadores. Para Neill (1944), em vez de abordar todas as necessidades do indivíduo, a educação é entregue de forma funcional. Seu questionamento sobre as oportunidades de companheirismo dentro da escolarização evidencia isso. Neill (1944) alega não haver companheirismo real a menos que a comunidade esteja livre de tabus e moralidades e de medo, e afirma ainda que o crime vai sempre florescer em uma sociedade cujas emoções são reprimidas. A educação deveria sempre objetivar a prevenir que emoções ocultas tornem-se hostis à sociedade; a educação deve concentrar-se no sentimento e não no pensamento (Neill, 1944). Neil em seu livro "Neil! Neil! Orange Peel!" (1972) apresenta reflexões adicionais sobre seu entendimento quanto ao papel da educação e sobre seu relacionamento com a inspeção. Grande parte de sua escrita aborda as falhas da educação estatal, as quais coloriram a filosofia que Neill propôs como fundamentos da Summerhill. Nesse livro de 1972, o autor faz comparações ao desenvolvimento educacional na Grã-Bretanha, a qual considera o país mais livre do mundo, uma vez que ele acreditava que Summerhill não seria permitido em outros lugares (p. 53) devido

à antiga demanda patriarcal de obediência e disciplina, sempre tão forte nos sistemas estatais (p. 186).

A percepção da responsabilidade pública está presente nas analogias feitas por Neill (1972), como quando afirma que, tanto os estudantes, quanto os provedores da educação apoiam a validação externa das práticas educacionais. Para Neill (1972), a responsabilidade pública não atende às necessidades da criança, mas meramente à opinião do público em geral. No mesmo trabalho, o autor desafia a abordagem da inspeção de Summerhill, sugerindo que ela promove julgamentos não verdadeiros da necessidade da educação na medida em que a responsabilidade educacional de oferta pelo estado em cada governo recai na aceitação de práticas moldadas pela urna.

Historicamente Summerhill teve uma experiência mista de inspeção que, segundo Neil, é, em grande parte, dependente da individualidade do inspetor da HMI. Em um nível, ele sugere que o inspetor pode ser limitado pela própria cultura e intelecto, além de, em outro nível, estar limitado ao próprio regime de inspeção. Apesar de o principal comentário das inspeções recair sobre as deficiências das práticas de ensino tradicionais em Summerhill, em contraste, num outro momento, os inspetores sugerem que a filosofia progressiva da escola era apropriada para o ambiente educacional, contudo meramente mal ministrada. Isso sugere um afrouxamento na inspeção da IHM, o que facilitou diferentes pontos de vista sobre qual seria o padrão apropriado ou a natureza da experiência educacional de Summerhill. É possível identificar a visão de Neill sobre a validade potencial da inspeção de escolas autofinanciadas, pois, apesar da aprovação da experiência educacional de Summerhill pelos pais, o estado apenas aceitaria o papel educacional da escola se fosse totalmente coerente com a política educacional do estado. Os alunos formados por Summerhill frequentemente se desenvolvem mais tarde, o que um inspetor visitante classificaria como um "fracasso" (HEMMINGS, 1973). Neill (1944) afirma que a inspeção contribui para a insinceridade, visto que as crianças até se “ajeitam”

após concluírem os estudos tradicionais, mas se sentem inseguros e infelizes. Ele questiona por que a classe docente deve tolerar a inspeção quando outras profissões não o fizeram, e, ainda, indaga por que a escola deveria ser julgada por um padrão oficial que não é apropriado a sua filosofia se, por mais de cinquenta anos, pais instruídos e inteligentes enviaram seus filhos para Summerhill com cujos resultados se sentiam satisfeitos. Neill afirma que Summerhill é principalmente para a vida e se recusa a ser julgado por um grupo de pessoas que pensa apenas em métodos de ensino e de aprendizagem e em disciplina (p 155). Apesar de reivindicar o Reino Unido como "o país o mais livre no mundo", Neill (1944) via o papel do estado em termos educacionais como poderoso, mas ao qual Summerhill precisaria ajustar-se para que pudesse continuar sua missão para uma escolarização livre. Em essência, isso sugere um potencial conflito entre a filosofia Summerhilliana e a inspeção, pois Neill (1944) identifica o ponto de vista dos inspetores como contraditórios aos ideais da instituição. Ele sugere que Summerhill se preocupa de forma holística com o indivíduo e com seu futuro envolvimento na vida e na liberdade, enquanto a educação oferecida pelo estado baseia-se em exames e cronogramas, embora, fundamentalmente, Summerhill tem alcançado sucesso em exames ao final da escolarização (Neill, 1944).

Crítica de Summerhill

Summerhill deveria adequar sua prática educacional se aqueles que procuram credenciamento acadêmico conseguem a esperada qualificação? Neill e Summerhill têm sido admirados e criticados internacionalmente. Muito do trabalho de Neill é considerado controverso, especialmente porque seus textos não só abordam questões sobre liberdade sexual dentro de escolarização, bem como sobre crenças religiosas baseadas em interpretações psicológicas. Historicamente, a escola esteve mundialmente sob o escrutínio daqueles

interessados pelo que era aceito como uma abordagem única e possivelmente pioneira de escolarização. Para apresentar qualquer possível recepção de Summerhill pelos educadores, a revisão de alguns dos argumentos de Neill pode ilustrar que impressões a filosofia Summerhilliana suscita. Potencialmente, essa literatura também pode ter influenciado a equipe de inspetores, uma vez que estudos sobre Summerhill não têm sido um tópico incomum no treinamento de professores e podem ter impactado em seu julgamento ao realizar a inspeção.

As contribuições dos autores a seguir (BARROW, 1978; CULKIN et al., 1970) fornecem alguns dos argumentos em torno das abordagens de Neill e apresentam uma série de impressões sobre Summerhill - incluindo mais reflexões sobre a inspeção HMI anteriormente mencionada por Neill em seu trabalho. Uma visão negativa de Summerhill é que ela seria muito mais uma "figurinha repetida" que revolucionária. Por exemplo, a conhecida ideia da criança como um Nobre Selvagem, que precisa apenas ser deixada sozinha a fim de assegurar sua salvação intelectual, caso contrário, podem desenvolver neuroses horríveis mais tarde na vida. Deixar as crianças sozinhas para elas educarem-se a si mesmas é uma bobagem tão antiga quanto a raça humana (RAFFERTY 1970, p.11). Por forte contraste, para Rafferty, Summerhill fez os pedagogos entenderem que, em vez de exigir que a criança se adequasse aos requisitos da escola, as escolas deveriam se adaptar às exigências da criança. Ao colocar a criança no primeiro plano, dar continuidade aos métodos tradicionais de "educação" não tem nada a ver com as funções e propósitos de uma educação genuína (MONTAGU, 1970). Neill permite que se compreenda o professor como aquele que se preocupa com o aluno, administrando as necessidades e a personalidade de cada aluno em direção à criatividade.

Algumas das preocupações da educação tradicionalista também são apresentadas em críticas a Neill, na medida em que ele reconhece que ao fazer a escola "adequar-se à criança", a vida em anos posteriores não irá reformular seus imperativos de ferro para se adequarem ao indivíduo - ser humano deve

chegar a um acordo com o mundo sobre ele (RAFFERTY, 1970). Embora as escolas atendam às necessidades e às diferenças individuais, ela pode não se "encaixar" em toda criança (RAFFERTY 1970, p 14). Tradicionalista, a crítica moderna da educação progressiva é evidenciada quando as aulas são opcionais. A vertente da instrução progressiva que serve como base das ideias de Summerhill sugere que o que é aprendido é menos significativo do que como é aprendido. Em particular, em nenhum lugar na filosofia de Summerhill parece haver a menor sugestão de que as crianças devam aprender a pensar e agir de forma ordenada e disciplinada, apesar da larga experiência da humanidade ao longo dos séculos ter demonstrado que "o modo mais fácil, mais eficiente e mais econômico de aprender é em aulas organizadas" (RAFFERTY 1970, p. 16-17). No entanto, Culkin (1970) escreve que, embora nunca tenha visitado Summerhill, "é um lugar sagrado ... carregado de sabedoria, amor" e sugere que o terror que crítica educacional sente da ideia é, provavelmente, a medida mais precisa de sua validade (CULKIN, 1970, p. 27-28). Para ele, a sabedoria de Summerhill é requintadamente adequada às necessidades da criança da era eletrônica. Ela começa com o respeito e o amor pela criança e a preocupação de Neill com o total crescimento cognitivo e afetivo do aluno nunca foi mais fácil de se reconhecer do que nos dias atuais, quando a força gravitacional da mídia eletrônica está nos atraindo. Contrariamente, as instituições tradicionais acabam por enfatizar o estilo de vida fragmentado e compartimentado [da atualidade] (CULKIN, 1970, p.33).

Uma visão mais cética de Summerhill argumenta contra a ideologia de Neill, sugerindo que o dogma subjacente da fé da escola é "que as crianças, se não forem submetidas a quaisquer pressões ou influências adultas, são sementes perfeitas que se transformarão em seres de bondade predestinada" (HERCHINGER, 1970 p. 35). E pergunta: ao aceitar a escola como um sucesso surpreendente por se aproximar de seu próprio ideal, Summerhill permaneceria intacta se tivesse muitos mais de 45 jovens? Simplesmente, a grande maioria dos

pais do mundo não acreditaria nos conceitos básicos de Neill, de modo que não haveria nenhuma maneira de configurar Summerhill para grandes números de alunos (HERCHINGER, 1970, p. 35-38). Barrow (1978) afirma que a filosofia de autorregulação da escola é problemática, já que ela não pode ser considerada como um território de fundação neutra e que a felicidade imediata da criança pela liberdade de frequentar as aulas pode não ser a mais adequada para a preparação para a vida adulta feliz na sociedade em geral. Enquanto a teoria educacional é testada através da prática, a ausência de uma investigação mais sistemática, de evidência ou de devida cautela levam a conclusões imprecisas. A filosofia de Neill, sem esses fatores, falha ao não reconhecer que a natureza das crianças muda à medida que crescem, o que pode ser consequência de sua escolarização em vez de serem qualidades inatas do indivíduo (BARROW, 1978). Fundar uma escola dentro de uma ideologia não é necessariamente uma prova de sabedoria. São as consequências a longo prazo que permitem julgamentos. Ao apresentar "problemas" com a filosofia de Summerhill, Barrow (1978) revela ainda problemas para a inspeção. Ele afirma que simplesmente olhar para uma escola na prática não permite julgar se um determinado sistema de educação está funcionando. Da mesma forma, mesmo se Summerhill funcionar na prática, não significa que é uma boa escola.

Walmsley (1969) pode ajudar no reconhecimento da atmosfera de Summerhill retratada na literatura, vista como uma "anti-escola" (HEMMINGS, p194). No entanto, a "eficácia" da escola Summerhill pode ser pensada à luz do trabalho de Bernstein em "The New Era" (fevereiro de 1967) e em "Psychology Today" (outubro de 1968). Ele entrevistou 50 Summerhillianos. É possível perceber que as descrições provavelmente não são mais condenáveis do que se poderia esperar de um grupo de ex-alunos de qualquer escola. Essa amostragem não aparentava ter sido permanentemente prejudicada em suas carreiras. Ao contrário, parece que a pesquisa de Bernstein comprova a efetividade acadêmica da escola. Apesar de Bernstein (1968) ter

observado que as descrições de Neill eram quase as mesmas, elas revelaram a dificuldade em saber o quanto Neill realmente enxergava a escola, já que, curiosamente, ele estava ciente e ao mesmo tempo não sabia de nada do que lá acontecia - Neill em Summerhill era como ver a ponta de um iceberg - em contato com tudo, mas aparentemente totalmente alheio.

A melhoria escolar é fundamental para a validade da inspeção (WEST-BURNHAM, 1997). Enquanto a inspeção baseia-se na avaliação qualitativa, as restrições de tempo e a confiabilidade dos julgamentos apresentam-se como problemas em termos de interpretação (FERGUSON et al., 2000). Tais questões podem ter contribuído para a não validação da inspeção em Summerhill, uma vez que era única. No entanto, os pedidos de melhoria feitos pela inspeção pedem um exame cauteloso. Em vez de obter maiores ou múltiplas informações (por exemplo, de uma investigação pluralista pós-modernista, contra a qual as ações "para melhoria" podem ser negociadas com a educação "democrática" ou progressiva que está sendo inspecionada), a inspeção possivelmente reforce o cumprimento das "normas" educacionais em vez da melhoria. Certamente, no caso de Summerhill, Neill (1944) não só previu o plano do governo, mas também o fato da recepção subjetiva da inspeção ser uma ameaça para a existência de Summerhill.

Afirma-se que uma escola eficaz é aquela que é efetiva para todos os seus alunos, independentemente de suas habilidades, gênero ou idade. Muitas escolas parecem ser "eficazes" em atender às necessidades de alguns de seus alunos, mas, tendo em vista os recursos finitos e a luta para fornecer um padrão igualmente alto para todos, essas escolas se qualificam para o título "eficaz"? Em nenhum momento a eficácia da escola dialoga com os valores educacionais contra os quais, indiretamente, escolas como Summerhill podem ser inconscientemente julgadas. A motivação das escolas tradicionais é melhorar o rendimento do aluno e aumentar o status econômico competitivo do Estado, o

que valida e pressupõe a evidência de que a elevação dos padrões está sujeita ao fracasso.

A diferença é para ser valorizada e não encerrada em receitas simples quando respostas enérgicas mais cuidadosas são exigidas (SLEE, 1998). A reforma escolar falhou com frequência no passado porque os educadores e os responsáveis políticos são relutantes em reconhecer a natureza dos problemas educacionais e são dispostos a aceitar respostas parciais. O otimismo ajudou a evitar lidar com questões difíceis. Os governos precisam adotar uma abordagem política mais equilibrada para avaliar o desempenho escolar e torná-lo mais responsável. Mesmo usando uma análise de valor agregado, as escolas não funcionarão no mesmo nível (THRUPP, 1999). Uma boa política reconheceria que as escolas são mais ou menos eficazes e são realistas quanto à natureza dos alunos (embora, normalmente, este argumento se refira à igualdade nas escolas estaduais, o que é equivalente à unicidade para Summerhill).

A educação na Grã-Bretanha tem sido uma barreira para o emprego ou sucesso acadêmico. Historicamente, a evasão escolar entre as meninas era permitida e não era vista como um problema educacional, pois elas podiam trabalhar em casa – possivelmente uma "camuflagem" da filosofia de Summerhill para a não obrigatoriedade de frequência às aulas. Somente a crise no mercado de trabalho para mão-de-obra qualificada que fez o ensino obrigatório avançar em termos de garantir que a oferta educacional seja alcançada através da comercialização, relatórios de concorrência e tabelas de classificação (SLEE et al, 1998). No entanto, há pouca clareza para pensar em uma escola democrática num contexto de internato, como seria o caso da Summerhill.

Como uma escola independente e autofinanciada, Summerhill é seletiva em termos de sua população de alunos que tendem a ser pessoas de renda média. No entanto, uma vez que a escola atrai alunos de todo o mundo, a etnia pode ser um fator de atenção, ainda que a filosofia de Summerhill trate a todos

como "semelhantes" – seria esse o melhor caminho? No entanto, questões sobre motivação são temas-chave da crítica de Neill sobre a oferta educacional e de áreas em que a filosofia de Summerhill é "resistente" em enfrentar, por exemplo as ideias de A. S. Neill de a escola "adequar-se à criança". É claro que inicialmente o regime de inspeção não se propôs a inspecionar escolas independentes, como a Summerhill. No entanto, foi a partir deste mesmo regime de inspeção que o recurso jurídico de Summerhill surgiu pois, a partir de sua intenção de "aumentar os padrões", Summerhill foi ameaçada de fechamento.

Summerhill também pode ter sofrido por conta de sua estrutura orgânica de acordo com Bush (1995) e com sua teoria em torno do modelo ambíguo para analisar a escola enquanto uma organização com questões de ambiguidade. O modelo ambíguo retrata uma organização composta por agregação de subunidades livremente acopladas, as quais estão sujeitas a mudanças (Bush, 1995). A relevância disso para Summerhill é claramente evidenciada por testemunhos de seus estudantes e funcionários, para os quais a escola está mudando constantemente. Problemas podem ter surgido devido às exigências de uma cultura democrática que demanda acordo consensual em possíveis alas ou subunidades da equipe de Summerhill. A "liberdade" educacional e profissional e as filosofias de ensino anarquistas profundamente desenvolvidas podem ter dificultado o consenso exigido, em termos de prazo para o acordo de funcionários para trabalhar em muitos dos preparativos para a inspeção oferecidos por "amigos" que aconselhavam Summerhill.

Dentro de uma escola ambígua, há incertezas sobre o poder relativo de partes da organização visto que ele varia de acordo com os níveis de participação fluida dos funcionários. Como um modelo analítico, a organização ambígua assume uma dinâmica "problemática" na medida em que, geralmente, os processos não são devidamente compreendidos. No entanto, essas ligações mais livres se traduzem em grupos cuja base de valores é comum (Bush, 1995).

As decisões não planejadas que emanam de uma "democracia fluida", retratada tanto na escrita de Neill quanto no testemunho de funcionários e estudantes de Summerhill, enfatizam a descentralização da instituição e ilustram de modo potencial as dificuldades de responsabilidade ali enfrentadas. Dentro do modelo ambíguo, objetivos vagos e pouco claros orientam inadequadamente o comportamento institucional. Em vez de objetivos predeterminados orientarem a prática, a tomada de decisões representa uma oportunidade para descobrir esses objetivos (Bush, 1995), o que pode ser consistente com os processos democráticos de Summerhill, uma vez que as longas discussões da equipe no período de pré-inspeção parecem sugerir uma revisão das práticas de ensino pelo pessoal, auxiliado por pessoas externas, evidenciando variadas traduções da filosofia de Neill feitas pelos funcionários em suas próprias práticas de sala de aula .

As regras para o processo de tomada de decisão de Summerhill são claramente determinadas pela "democracia" defendida no trabalho de Neill, o que e contrasta com falta de definição para a tomada de decisão percebida na estrutura ambígua, modelo que se reflete nas questões em torno da extensão da participação da equipe. Em entrevistas, membros da equipe relataram que as reuniões não contavam com a presença completa do pessoal por que o grupo "não as considerava relevantes", o que poderia torná-las "disfuncionais". Talvez a diferença de Summerhill esteja na delegação de tarefas ou funções ou na potencial abdicação do gerenciamento, traduzindo práticas educacionais da filosofia de Neill e permitindo a liberdade de participação dos atores do processo. Essa "liberdade" determina uma participação fluida e uma ambiguidade fundamental, tanto que o membro da equipe entrevistado confessou que ela "nem sempre é informada", sugerindo uma maior ambiguidade entre propósito e prática. Uma outra característica do modelo de ambiguidade é a formação de panelinhas e alas que tentam reorganizar o ambiente para traduzir suas práticas e, possivelmente, sejam de

responsabilidade da percepção desses grupos internos ou externos os julgamentos de tal modelo como "disfuncional".

Dentro do modelo ambíguo, os objetivos específicos podem não ser claros mas os professores aceitam os objetivos gerais da educação e, por isso, podem haver ações previsíveis que servem para esclarecer o comportamento esperado de acordo com as "regras". A socialização profissional dos funcionários assimila os padrões esperados por meio de treinamentos e reduz a incerteza e a imprevisibilidade da educação (BUSH, 1995). Grande parte do trabalho de Neill é composta como um antídoto à inadequação de outras ofertas educacionais, o que nos leva a concluir que, como um santuário, Summerhill buscou "isolar-se" do sistema educacional estadual. Ao isolar-se do mundo exterior, apesar de ainda admitir alunos internacionais, pode-se afirmar que Summerhill produziu um ambiente estável para a sua comunidade democrática. É como se a filosofia de Neill procurasse fornecer limites impermeáveis para a escola. Se Summerhill fosse uma organização ambígua, ela não deveria apresentar dificuldades, na medida em que os modelos ambíguos oferecem pouca orientação prática para suas lideranças (Bush, 1995)? Ainda, se a noção de reuniões democráticas da comunidade Summerhill recai sobre a "criação de leis" consensuais, em contraste com o modelo ambíguo, a escola deveria ser considerada um modelo coletivo?

Os modelos coletivos enfatizam que o poder e a tomada de decisões devem ser compartilhados dentro da organização (BUSH, 1995), de modo que Summerhill pode ser representada como meramente um colegiado. Existe um conjunto comum de valores identificável na filosofia de Neill que conduz os objetivos educacionais compartilhados entre funcionários e estudantes. O tamanho é um elemento a ser considerado, de acordo com sua filosofia. Popenoe (1970) argumenta que Neill teria ficado chateado se Summerhill operasse de forma muito grandiosa, visto que seria impessoal e, por isso mesmo, apresentaria dificuldades para se tomar decisões mais alongadas sem

tornar a colegialidade superficial. Do mesmo modo, modelos colegiados apresentam ambiguidade para com a responsabilidade externa. No caso do processo de inspeção de Summerhill, a natureza coletiva da escola, acostumada a debater todos os assuntos dentro da comunidade, conflitou-se com as expectativas dos inspetores diante de seu líder educacional.

Uma característica dos modelos coletivos é que a estrutura é um fato objetivo que tem significados claros para todos os membros da instituição (BUSH, 1995). Summerhill não fornece um significado claro para todos os membros, como se houvesse para ela uma estrutura lateral na qual o líder não influencia fortemente nas decisões, o que é bastante coerente com um modelo coletivo. No entanto, isso leva à tensão de liderança conflitante entre responsabilidade e participação. Seria possível sugerir que, igual aos modelos colegiados, Summerhill é fortemente normativa e isso tende à obscuridade. Embora a tomada de decisão consensual pareça estar no coração de Summerhill, a participação fluida pode significar que a eficácia do modelo coletivo é enfraquecida ou que sua natureza colegiada perdeu para a ambiguidade, na medida em que a apatia dos funcionários ou dos alunos para participar de reuniões falha qualquer modelo coletivo.

Se Summerhill é capaz de se revelar coletiva, então deveria ser aplaudida como um modelo "preferido" a ser visado como prioridade educacional (Bush, 1995) em contraste com um modelo ambíguo, o qual pode ser julgado como caótico e instável. O relatório de inspeção sugere que os inspetores perceberam uma liberdade de educação caótica enquanto que o processo de recurso judicial parece ter identificado Summerhill como colegiado e, como tal, uma filosofia válida para a entrega de um currículo amplo e completo para a escolha dos pais. Talvez, a liderança de Summerhill forneça mais evidências de com qual posicionamento ela se alinha mais de perto: aos modelos colegiados ou aos ambíguos.

Dimmock (2000) argumenta que a eficácia da escola está essencialmente em revisar seus "pontos fracos". Portanto, julgamentos sobre os feitos do aluno de Summerhill na fase fundamental considerando as disciplinas principais gerariam a percepção de fracasso, apesar de a apelação de Summerhill firmar que os resultados dos exames finais não corroboravam os julgamentos de falha educacional. Uma análise para subsequente melhoria pode ser fornecida pelas preocupações com relação à proteção dos alunos, indicando também diferenças de crenças em torno da vulnerabilidade infantil. Poderia parecer que a cultura de Summerhill não foi julgada como um veículo de melhoria, a menos que ela fosse definida como a mudança de cultura compulsória dos alunos apenas por assistirem às aulas obrigatórias.

A busca por coerência entre as escolas e a oferta mais ampla do estado faria com que problemas de frequência parecessem ser uma questão do pensamento dominante conduzida por "respostas" oferecidas pelas ideias de eficácia escolar. É interessante refletir que Summerhill não teve problemas com frequência simplesmente porque é um internato cujas aulas não são obrigatórias e o comparecimento não é uma característica considerada. E o recurso judicial não teria mudado a cultura Summerhilliana, mas, ao contrário, teria reforçado tanto seu compromisso com a liberdade da criança e com o atendimento a seus critérios, quanto com uma cultura "democrática" orientada pela filosofia de Neill. O pensamento de Hopkins (1993) sobre a melhoria da escola talvez estenda este filtro e possa ser usado para análises futuras. Ele sugere que as abordagens de melhoria da escola para a mudança educacional incorporam objetivos de longo prazo que caminham para a visão da escola "relativamente autônoma", apoiada na "resolução de problemas" ou no "pensamento". Claramente, Summerhill é uma escola autônoma, embora as entrevistas dos pais e funcionários sugiram que, enquanto uma revisão das práticas foi realizada à luz da ameaça do Aviso de Fechamento do OFSTED, o objetivo a longo prazo

para a escola recaíra sobre a prevenção futura de qualquer espectro de inspeção adversa.

O fundamento da filosofia de Neill é a preparação para a vida e não para a realização acadêmica, apesar das críticas de ser uma ideologia vaga no estilo "desenvolvimento natural" (Barrow, 1978). A realização individual poderia ser avaliada em termos de quão bem os alunos atingiriam ou excederiam o padrão esperado para um aluno típico dessa idade. Embora se reconhecesse que, para algumas escolas, a realização seria baixa, a mudança de importância recairia no progresso que os indivíduos fazem. Efetivamente, essa pode ser uma referência "consensual" para "melhoria". Quase todos os alunos progridem ao longo do tempo, mas seu progresso não é necessariamente linear. O julgamento sobre se um aluno está fazendo um progresso razoável, bom ou pobre deve ser feito em relação ao quão bem todos os alunos de feitos anteriores similares progridem durante o tempo.

Da mesma forma, se os princípios democráticos de Summerhill forem aceitos, o triunfo do processo de recurso pelos direitos das crianças é o acordo de que as inspeções futuras envolverão as opiniões delas. No entanto, também pode-se concluir que essa é uma evidência adicional de que o sistema de inspeção foi elaborado com base na eficácia escolar da escola formal e um modelo democrático pode ser problemático, uma vez que os processos do OFSTED não facilitaram ferramentas para enfrentar esse acontecimento.

Conclusão

Este artigo pondera a respeito de até que ponto a inspeção governamental é capacitada para fazer julgamentos apropriados sobre uma escola independente atípica (Summerhill). Mesmo que se considerem os argumentos de que a inspeção focaria a melhoria e a efetividade escolar, pergunta-se se o processo, como um todo, não prejudicou nem restringiu o potencial de melhoria da escola.

A discussão em torno da análise de Summerhill como uma organização ambígua, colegiada ou democrática faz pensar que a inspeção é dependente da estrutura das organizações que observa. Talvez, isso reforce a orientação de um modelo de inspeção contraditório na medida em que os problemas associados à inspeção de organizações democráticas, colegiadas ou ambíguas podem refletir a intenção de que as "escolas efetivas" sejam formais. Ter como objetivo a escola efetiva seria o mesmo que concordar que o papel da melhoria escolar por inspeção é o de conduzir as organizações "pobres" à reestruturação. Seria possível concluir que o modelo teórico no qual a inspeção de Summerhill se baseou foi inadequado e que, talvez, o resultado do tribunal tenha sido o "julgamento" mais acertado, embora ao se analisar o caso, possa-se encontrar o argumento de que o Judiciário falhou. Uma questão-chave da inspeção independente observou que, se Summerhill tivesse sido fechada, o Summerhilliano não mudaria para outra oferta educacional institucional, mas optaria pelo aprendizado em casa. Embora seja reconhecido que a educação em casa recai sobre a responsabilidade da autoridade local, é então uma questão de julgamento se este seria um destino para Summerhillianos pós-Summerhill. Além disso, os julgamentos de valor sobre se o aprendizado em casa seria uma oferta menor do que a julgada pelos inspetores de Summerhill gira em torno de se nenhum dever de proteger os alunos fracassou devido à decisão do recurso jurídico. Talvez fosse necessário um tutor para Summerhill, na medida em que ela oferece experiências educacionais alternativas.

Um impacto da inspeção reside na reconquista da confiança de Summerhill a partir da vitória de seu recurso. Talvez, essa "confiança" possa posteriormente ser julgada pelo estabelecimento da confiança em Summerhill e em A. S. Neill (EADT, 2004). A confiança parece não se limitar ao compromisso com as filosofias de Neill; há a "confiança" de que o estado deve trabalhar com eles e entendê-los como uma escola alternativa, ao invés de ameaçá-los com inspeção futura. O estabelecimento da confiança visa a

aumentar as bolsas de estudo para Summerhill para pais de renda mais baixa e a oferecer moradias para professores. A nova confiança para promover a escola possivelmente sugere que um resultado final do recurso de apelação da inspeção foi garantir a sustentabilidade de Summerhill, em vez de aumentar seus padrões em termos de eficácia escolar. A inspeção e o recurso de apelação podem ter atuado como protetores do direito de oferecer a doutrina de Neill simplesmente porque a falta de procura pelos pais pode ser o único juiz (democrático) da eficácia da escola. Claramente, por ser uma escola independente, não seria capaz de sustentar financeiramente sua oferta se não pudesse satisfazer seu papel de responsabilidade externa diante dos pais. Desde a inspeção, a ideia da "escola gratuita" tem sido desenvolvida pelo governo conservador em todo o Reino Unido. Enquanto que cada escola difere em seus objetivos, talvez o surgimento da importância da voz da criança e do elemento democrático da escolarização discutido neste trabalho tenha a influenciado muito mais longe do que o atual governo do Reino Unido pode revelar.